



**VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE
DO PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

Sua Excelência

Senhor Presidente da República Democrática de Timor-Leste,

Dr. Francisco Guterres "Lu Olo"

Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Dr. Aniceto Guterres

Excelência Senhor Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional,

Dr. Rui Maria de Araújo

Excelência Senhor Presidente do Tribunal de Recurso

Dr. Deolindo dos Santos

Excelências Senhores Ex-Titulares de Órgãos de Soberania

Reverendíssimos Bispos das Dioceses de Dili, Baucau e Maliana

Líderes de Outras Confissões Religiosas

Ilustres Deputadas e Deputados

Ilustres Membros do VI Governo Constitucional

Estimados Membros da Autoridade do RAEOA/ZEESM TL

Honrados Líderes de Partidos Políticos e das Forças vivas da Sociedade

Respeitados Membros do Corpo Diplomático

Estimadas Convidadas e Convidados

Excelências!

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

Permitam-me agradecer a presença de V. Ex.cias a este ato tão simbólico quão desafiante de posse do VII Governo Constitucional nascido dos resultados das eleições parlamentares de julho de 2017.

Agradeço com particular ênfase a minha esposa, filhos, genros, noras e netas, irmãos e irmãs e demais membros da família que quiseram com a sua presença garantir o seu apoio nesta travessia difícil de governar que se espera complexa, mas necessária.

Não vou hoje alongar-me em discursos programáticos nem, tampouco, pretender apresentar aqui promessas sem me inteirar da situação real no domínio institucional, sistémico, programático e de políticas estruturantes no reforço do Estado de Direito e na construção da Nação una e coesa.

Todos nós sabemos que o nosso povo continua a reclamar melhor qualidade de vida traduzida na satisfação dos direitos constitucionalmente reconhecidos a melhor educação, melhor saúde, melhor acesso à electricidade e água potável, a uma alimentação mais regular e mais completa, a uma habitação condigna, etc.

O povo, com o seu voto, quis apelar para a necessidade de todas as forças se unirem para garantir paz e estabilidade, condição "sine qua nom" para o sucesso de qualquer programa de desenvolvimento.

Este é um diagnóstico mínimo, mas o suficiente para dizer que no processo de governação do país, o princípio da corresponsabilização nos actos públicos da feitura de políticas e da sua execução deve ser uma constante, deve ser assumido como uma cultura de Estado no reforço da vida institucional.

Desenvolvimento institucional e legislativo

O Governo dará prioridade ao desenvolvimento legislativo e institucional da nossa sociedade e do Estado, com uma visão que será global e transversal e vai ser concretizada através de programas específicos. Estes abrangerão vários setores e instituições, desde os níveis comunitário e local, e do setor privado da economia, aos níveis centrais do governo e da administração pública.

Trataremos a melhoria das leis e da sua implementação, bem como o desenvolvimento legislativo em associação com o desenvolvimento institucional e capacitação do capital humano do nosso país, assim como o estabelecimento de sistemas organizacionais e fortalecimento ou reforma das institucionais para que no geral seja aumentada a capacidade e qualidade do nosso crescimento.

Importa estarmos conscientes de que, apesar das dificuldades no que se refere às capacidades humanas para a realização dos trabalhos que se nos são exigidos para que tenhamos melhorias na nossa sociedade, com a qualidade necessária e que merecemos, temos mais capacidade do que aquela que estamos a usar e a que estamos a usar não é devidamente canalizada para as prioridades mas sim deixada espontaneamente.

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

Promoveremos conseqüentemente o primado da lei, sabendo que ela se realiza através de pessoas, os cidadãos e das instituições e organizações, desde as famílias, as comunidades, os sucos, as organizações da `sociedade civil`, a administração pública municipal ou distrital e regional, as empresas privadas e públicas, as associações e cooperativas, desde a mais simples às mais complexas.

De entre as instituições, é de destacar o sistema judicial que deve merecer um apoio e assistência particulares para o desenvolvimento das suas capacidades, tanto no plano do conhecimento e aplicação do direito como da sua organização, gestão, funcionamento eficaz e eficiente, sem prejuízo de contribuímos significativamente para o reforço das condições do exercício independente da magistratura judicial e da autonomia de gestão da administração judiciária.

Para além de fortalecer a capacidade de resolução de litígios de natureza criminal, promoveremos capacidade e organização para uma efetiva capacidade e organização da resolução de litígios de natureza comercial. A economia precisa dessa capacidade para que cresça certa de que a lei e os contratos são instrumentos seguros e que podem confiar na justiça estatal. Mas o crescimento da economia e, em especial, do investimento nacional e estrangeiro, também precisam da arbitragem para a resolução de disputas que possam emergir das relações de comércio em sentido amplo. Para o efeito, vamos dar prioridade à proposição de uma lei sobre arbitragem comercial que corresponda às necessidades da economia nacional e aos padrões regionais e internacionais já universalmente aceites nesse domínio.

Mas a maior confiança e segurança jurídicas implica, desde logo, que tenhamos leis claras e ajustadas, de mais fácil entendimento e uso pelos operadores económicos, pelo que a prioridade será desde logo dada à melhoria e desenvolvimento da legislação comercial, com enfoque nas condições de exercício da atividade económica sob a forma de empresa singular e coletiva, da regulação dos contratos de comércio e regulação das garantias dos créditos, de entre outras medidas legislativas essenciais a um quadro regulador da atividade que seja atrativo, facilitador e responsabilizador.

Promoveremos o diálogo enquadrado legal e politicamente dos meios e mecanismos de resolução de disputas de bases estatal, costumeira e comunitárias de forma a continuarmos a construção da nossa identidade e direito nacionais, bem como de uma justiça e direito assentes nas nossas realidades mas com um sentido de progresso como nação moderna, unida na sua diversidade, com uma identidade própria forjada na sua história, uma nação solidária, empreendedora, esclarecida e próspera.

A participação dos cidadãos na preparação e implementação das leis, assim como na sua avaliação será fortalecida, através da execução de auscultações e consultas públicas inseridos nos processos de elaboração, submissão e avaliação legislativa e desenvolvimento institucional. Áreas tais como do direito penal substantivo e processual, a implementação da legislação contra a violência doméstica deverão merecer a atenção do governo no sentido da modernização, ajustamento, monitorização e observação, que atenda os valores consagrados na nossa Constituição da República, os direitos humanos,

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

a coesão social interna, a paz e harmonia nas famílias e comunidades, o propósito regenerativo e reparador em conjugação com o penalizador e o progresso social.

Precisaremos também de estabelecer e desenvolver um sistema de elaboração legislativa a nível do Governo, que seja regulado e cumprido, de forma a sabermos melhor o que queremos decidir e as implicações dos nossos atos normativos, e assim virmos a ter ganhos de qualidade na aprovação das leis e de efetividade na sua aplicação.

Vamos tratar de articular estas ações também com os programas de ensino do direito quer aos níveis da graduação e da pós-graduação e formação contínua no nosso país.

Vamos, no geral, mas em especial nos domínios da formação, recrutar aconselhamento especializado e capacitação dos nossos recursos humanos fortalecer e adequar as relações de cooperação e assistência técnica em cooperação com os nossos parceiros de desenvolvimento.

O Governo realizará portanto programas específicos de desenvolvimento institucional e legislativo que incidirão sobre áreas legislativas e institucionais a serem conjugadas em torno da análise e elaboração legislativa, da avaliação da implementação das leis, do fortalecimento e desenvolvimento institucional do sistema judicial e da comunicação, informação, formação sobre o Direito.

O Governo deve vir a dispor e dar acesso universal a informações e prosseguir no desenvolvimento do banco de dados sobre a legislação, bem como efetivamente publicitar as suas atividades legislativas e de desenvolvimento, para maiores níveis de conhecimento da lei e das políticas governativas pelos cidadãos e grupos de interesse. Neste propósito, a transparência e maior acesso à informação serão os lemas a seguir pelo nosso Governo.

O nosso povo continua a ser vítima de um modo de vida de uma economia de subsistência e de importação, provocando uma assimetria entre as zonas urbanas e as zonas rurais, simplesmente inaceitável. Enquanto no campo se vive de facto mergulhado no marasmo da força de uma economia de subsistência e uma débil monetarização da mesma, nas zonas urbanas, em particular em Dili, vivemos uma situação típica de uma cidade invadida pelo êxodo rural que impôs uma situação de ruralização da vida urbana, por um lado, e uma opção pelo despezismo de uma pequena franja da população com condições de poupar e investir as suas poupanças para melhor contribuir para o desenvolvimento nacional.

O Estado tem tido uma política de investimento em muitos Sectores do desenvolvimento social e económico. Os resultados deste enorme investimento não tem sido os melhores. Como resultado temos infraestruturas que necessitam de uma abordagem técnica diferente para as adequar às condições dos nossos solos e do nosso clima. No que toca à educação e formação, à saúde, a agricultura e outros sectores económicos e sociais, precisamos de encontrar as razões fundamentais e definir políticas claras de execução dos programas de modo a que, com os recursos que temos, possamos prestar melhores serviços aos cidadãos.

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

A questão de desenvolvimento dos recursos humanos deve ser vista como uma prioridade no reforço da capacidade de administração e de gestão públicas. O V e o VI Governos iniciaram já um trabalho de diagnóstico dos nossos recursos humanos da Administração Pública. O VII Governo, ora empossado, analisará os resultados dos estudos e, com base nos mesmos, atuará no sentido da melhoria dos trabalhos em todos os setores.

Disse que não ia fazer um discurso programático. Prometo fazê-lo na apresentação do programa quinquenal do Governo ao Parlamento Nacional.

Timor-Leste e o Mundo

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No momento em que milhões de pessoas são afectados por desastres naturais sem precedentes na história recente das Ilhas Caribes e nos EUA assim como no Bangladesh manifestamos a nossa profunda inquietação e solidariedade com todos os vitimados. Mas não esquecemos as centenas de milhares de vítimas dos graves conflitos da Síria e Sudão do Sul.

A nossa política externa nasceu dos princípios e valores da resistência, forjados durante mais de duas décadas, e encontraram eco e consagração na nossa Constituição onde nos Art. 6 se pode ler:

- Promover relações pacíficas com todos os outros povos;
- Prevenir conflitos através de um sistema de segurança coletiva;
- Defender a resolução pacífica de litígios.

E no art. 8:

1. A República Democrática de Timor-Leste rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e independência, da soberania permanente dos povos sobre as suas riquezas e recursos naturais, da proteção dos direitos humanos, do respeito mútuo pela soberania, integridade territorial e igualdade entre Estados e da não ingerência nos assuntos internos dos Estados.

2. A República Democrática de Timor-Leste estabelece relações de amizade e cooperação com todos os outros povos, preconizando a solução pacífica dos conflitos, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e a criação de uma nova ordem económica internacional, capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

3. A República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa.

4. A República Democrática de Timor-Leste mantém laços especiais de amizade e cooperação com os países vizinhos e os da região.

A constatação da maturidade de um Estado está na previsibilidade, estabilidade e continuidade da sua política externa, ela resultando de um consenso nacional e prevalecendo sobre os ciclos eleitorais e inevitáveis alternâncias de poder.

Haverá sempre novas ênfases e nuances, possível redefinição de prioridades, mas os grandes princípios e valores inspiradores da nossa acção diplomática prevalecerão sempre.

Timor-Leste esforçou-se sempre por alargar o nosso leque de parceiros de cooperação e de amigos.

Sendo que as relações diplomáticas são celebradas entre Governos e Estados, Timor-Leste nunca descurou e vai procurar expandir o leque de relações abarcando a sociedade civil mundial.

Os actores de relações internacionais deixaram de ser apenas os governantes eleitos e não-eleitos; a globalização e a popularização da Mídia Social deram enorme poder a indivíduos e grupos que influenciam a política externa de países.

A nossa diplomacia continuará a ser a diplomacia clássica ou convencional, privilegiando as relações entre Estados, mas vamos também saber melhor informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública mundial a favor das nossas grandes causas nacionais, através da chamada "Public Diplomacy" ou "Global Outreach".

A grande prioridade da nossa política externa tem sido e vai continuar a ser o desenvolvimento de relações de boa vizinhança e cooperação com os nossos vizinhos:

- Austrália, Nova Zelândia e as Ilhas Estado do Pacífico Sul; a Australia e a Nova Zelândia tem estado sempre entre os nossos melhores e maiores parceiros de desenvolvimento.
- Ultrapassado o contencioso da fronteira marítima com a Austrália, abrem-se perspectivas melhores e maiores para uma nova era nas nossas relações, cimentadas em interesses comuns de paz, estabilidade e prosperidade para os nossos dois países e para todos os países vizinhos;
- Os Países integrantes da ASEAN; vamos continuar a desenvolver esforços tendo em vista a nossa adesão à ASEAN;
- A Indonésia, pela geografia e história, tem sido uma vizinha exemplar e com ela soubemos desenvolver excelentes relações de amizade e cooperação, ultrapassando as dolorosas vicissitudes do passado; ela ocupa um lugar privilegiado na nossa política

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

externa e no dia a dia do nosso quotidiano; vamos continuar esta política, e também identificar falhas e fraquezas, melhorar e incrementar as relações a todos os níveis e em todas as áreas possíveis;

- Para lá do Sudeste Asiático, região vibrante que está a ser sacudida por desafios nalguns países, temos as grandes potências económicas como a China, República da Coreia e o Japão. O Governo que presido vai intensificar e diversificar as nossas relações com estes três grandes países asiáticos com os quais temos excelentes relações de amizade e cooperação;
- Os EUA têm sido um parceiro privilegiado e registamos com muito apreço o apoio consistente das sucessivas Administrações. Temos entre nós desde há alguns anos os generosos voluntários da "Peace Corps" e "Sea Bees", uma unidade especializada de engenharia da marinha Americana, que prestam uma valiosa contribuição nas nossas comunidades;
- O meu Governo vai continuar a priorizar as relações com a União Europeia através da Comissão Europeia e o Parlamento Europeu sem descurar as relações especiais de amizade que temos com muitos países membros dessa grande e solidária instituição que é a União Europeia;
- É sabido de todas as relações especiais que TL mantém com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e nunca é demais lembrar uma vez mais o papel determinante que os países irmãos da CPLP tiveram na nossa luta pela independência, nunca esquivando-se a solidariedade que nos procurávamos nos longos anos da luta.
- As nossas relações com Portugal remontam à séculos e em 2015 celebramos o 50.º centenário da chegada às praias de Lifau os primeiros Portugueses. A cooperação bi-lateral com Portugal deve ser revista e redimensionada pois acredito que devemos expandir essa parceria nas áreas da educação de qualidade e de investimentos com captação de investimento direto, sistema BOTs ou PPPs. TL e Portugal devem expandir a cooperação bi-lateral para o sector de transportes marítimo, construção e manutenção naval.
- A cooperação Cubana dotou TL com mais de mil médicos Timorenses e centenas de médicos e enfermeiros Cubanos têm prestado serviço no nosso País com verdadeira abnegação. Estamos eternamente gratos.

Diplomacia e Defesa Nacional

Partindo da convicção que mesmo os Países mais ricos e poderosos buscam cooperação e alianças mutuamente vantajosas, conscientes de que a complexidade e dimensão dos desafios a paz e segurança regionais e de cada país, exigem estratégias regionais e globais, Timor-Leste vai continuar a pugnar pela parceria regional e global na luta contra a pirataria, imigração ilegal, tráfico humano, escravatura sexual, narcotráfico, branqueamento de capitais e terrorismo.

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

Os países frágeis são mais vulneráveis a estas ameaças não tradicionais a nossa soberania nacional, paz e estabilidade. Vamos explorar com os nossos vizinhos e amigos formas eficazes de nos defendermos através da celebração de acordos de cooperação nessas áreas.

O meu Governo vai reforçar relações de cooperação em segurança marítima e aérea com a Austrália que incluiriam observação por meios aéreos de para detectar actividades suspeitas na nossa ZEE e interdição de actividades ilícitas por meios navais.

Senhor Presidente da Republica,

Excelências!

Concluindo esta minha curta intervenção permita dizer que o seguinte:

Hoje foram empossados simplesmente onze membros. Alguns dos empossados, incluindo eu, irão, temporariamente, e a curto prazo acumular outras funções vitais. Irei começar na proxima semana a ouvir apresentações de relatórios de todos os sectores de governação. Como exemplo, apresento a questão das infraestruturas. Nenhum titular foi ainda nomeado. Prefiro conhecer ainda com maior profundidade o que existe. Por isso, peço aos atuais responsáveis para colaborar nas apresentações que vou solicitar. O mesmo em relação a área dos Petróleos e das Finanças, das Forças de Defesa e de Segurança, etc.

O VII Governo fará para melhorar as condições de trabalho em todos os Sectores. As F-FDTL e a PNTL terão uma atenção muito especial na área da formação e de todos os meios necessários para o desempenho da sua função de garantir a soberania e a paz.

Falando da soberania, quero, em nome do Governo, reafirmar o apoio total a nossa equipa negociadora das fronteiras marítimas e terrestres de Timor-Leste. Sua Excelência Kay Rala Gusmão e a equipa que chefia terá sempre reconhecimento formal, legitimação e apoio deste Governo na nobre missão de negociar em nome do Estado de Timor-Leste as nossas fronteiras marítimas e terrestres com os nossos vizinhos.

No processo de governação, o VII Governo pautará sempre pela busca permanente de inclusão de todas as forças representativas do povo no Parlamento Nacional na elaboração e adopção de políticas e de atos estruturantes de Estado e de interesse nacional.

Incluir para ampliar a participação de todos, interagir com todas as Forças vivas da sociedade, definir formas de colaboração e de apoio mútuos entre o Estado, a Igreja Católica e todas as outras Confissões Religiosas, serão sempre a base incontornável da política do VII Governo Constitucional que tenho a subida honra de chefiar.

**DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO
PRIMEIRO-MINISTRO DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL
DR. MARI ALKATIRI**

Mais uma vez, agradeço a presença de Vossas Excelências neste ato de posse do VII Governo Constitucional que hoje se inaugura.

Muito obrigado!